



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação [ST]

---

#### **CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS E O RETORNO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XX**

---

RODRIGUES, Flávia Arruda

Mestre em Letras,

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

[rodrigues.flaviaarruda@gmail.com](mailto:rodrigues.flaviaarruda@gmail.com)

---



#### Resumo

Nos últimos anos, um fenômeno tem-se manifestado no mercado editorial português: o lançamento sistemático de livros que reconstituem a presença dos colonizadores daquele país em territórios africanos, durante a segunda metade do século XX. Nesses títulos, o leitor encontra uma miríade de memórias da vida cotidiana que os portugueses levavam em Angola e Moçambique naquele tempo, além de reconstruções literárias do retorno emergencial a Lisboa que cerca de 500 mil colonizadores foram obrigados a fazer no período entre a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, e as declarações de independência das ex-colônias, que se sucederam até fins de 1975. Livros como *Os retornados: um amor nunca se esquece* (2008), *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, e *O retorno* (2001), de Dulce Maria Cardoso, que se encaixam nesse nicho editorial, tematizam a perda abrupta de bens, familiares e amigos, ao mesmo tempo em que trazem à tona continuidades advindas do período colonial. Entre essas, estão a construção e manutenção da hierarquia do colonizador perante o colonizado e a constante desqualificação de indivíduos negros nativos. Os livros também evidenciam a posição ambivalente do colonizador português, que ora atua como algo e ora é retratado como vítima das circunstâncias.

#### Abstract

Books thematizing the day-to-day life of portuguese national citizens in the country's former colonies in Africa during the 20th century have flourished in Portugal's contemporary editorial market. Along with them, others, wich recall the struggle made by approximately 500 thousand portuguese nationals in order to leave former colonies such as Angola and Mozambique prior to their independence statements, in late 1975, have also been nowadays received with evident enthusiasm by part of the country's public reader. Fictional and non-fictional narratives such as novels, short stories, great reports and personal memories have taken over libraries shelves nationwide. This kind of production and its great appeal to its readers becomes visible when books like *Os retornados: um amor nunca se esquece* (2008), by Julio Magalhães, *Caderno de memórias coloniais*, by Isabela Figueiredo (2009) or *O retorno* (2011), by Dulce Maria Cardoso, reach, many sucessive editions. Such issues, veiled and unspoken until now, mainly for having been attached to colonial and ditatorial situations, have become a matter of remembering and re-enacting. One remarkable thing is that part of those books are written by the second generation of colonizers, wich was born in the colonies.

Palavras-chave: Colonização portuguesa; África; Século XX; Retorno; Narrativas

Keywords: Portuguese colonization; África; 20th Century; Return; Narratives



Lisboa, junho de 2014. Em plena Copa do Mundo do Brasil, o garçom de uma marisqueira na Avenida da Liberdade conversava com o colega enquanto a televisão permanecia ligada no noticiário da tarde. Com a naturalidade de quem não percebe a carga simbólica do próprio discurso, o funcionário da casa desdenhava da legenda “Paulo Bento alterará a seleção para jogo com os Estados Unidos” que aparecia no vídeo. Dias antes, a seleção nacional treinada por Bento havia perdido o jogo de estreia contra a Alemanha por desastrosos 4 a 0. O garçom emendou: “E depois teremos que jogar contra os escuros”. Diante da minha interrogação sobre quem seriam os escuros, como se eu não acompanhasse o Mundial realizado no meu país e não antecipasse a resposta, explicou com um sorriso gentil: “A seleção de Gana. Depois, ainda jogaremos com eles”.

Ao lado da marisqueira, há uma agência da Caixa Geral dos Depósitos, que é um dos bancos públicos de Portugal. Pelo lado de fora, localiza-se facilmente a fresta pela qual o carteiro deposita a correspondência. Acima dela, ainda é possível ler o antigo nome da empresa que ali tinha lugar: “Banco Nacional Ultramarino”. Àquela altura, quarenta anos após a Revolução dos Cravos, os dizeres ainda indicavam o nome da instituição bancária que funcionava nas antigas colônias portuguesas, e que foi incorporada à CGD após a Revolução dos Cravos, em abril de 1974.

Os exemplos, aparentemente prosaicos no contexto português, devem ser entendidos para além da crônica. Essas duas reminiscências discursivas da ação colonial portuguesa, que poderiam ter sido substituídas, a título de exemplo, pela narrativa da presença de duas pastelarias nomeadas Chaimite, também em Lisboa<sup>i</sup>, são marcas não apagadas de um passado histórico que ainda perdura pelas ruas da capital portuguesa, a antiga metrópole colonial, embora esse tipo de discurso ou marca arquitetônica não seja alvo frequente de atenção, tendo sido naturalizado como algo que sempre esteve ali. Esses índices sofreram, com o processo de democratização iniciado em 1974, um incompleto processo de apagamento, do qual ainda se percebem essas sobras, pedaços avulsos de passado. Se lembravam a existência do Estado Novo, deveriam ser suprimidos, eliminados, tanto quanto as cerimônias de casamento realizadas pela Câmara de Lisboa no dia 12 de junho, véspera do Dia de Santo Antônio<sup>ii</sup>.

Esse silenciamento de narrativas pessoais e públicas acerca da vida cotidiana dos portugueses na etapa colonial também se verifica na literatura do país. Até o início dos anos 2000, pouco se publicou sobre os afetos e violências que fizeram parte da presença de cidadãos nacionais nas colônias, especialmente as africanas, durante o Século XX, quando intensos fluxos migratórios foram registrados. Nos últimos 15 anos, entretanto, algumas narrativas começaram a tentar dar conta de um contingente de experiências e memórias que fizeram parte dessas geografias relegadas ao esquecimento. Entre 2011 e 2014, no âmbito de minha pesquisa de doutorado *Retornados à África: Novas narrativas sobre a história colonial portuguesa no Século XX*, realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), foram reunidos 14 livros, entre romances, memórias pessoais e jornalísticas, crônicas e grandes reportagens que, de alguma forma, traziam o passado colonial português recente para o tempo atual.

É relevante assinalar que a maior parte desses livros recentemente lançados foi escrita pelos filhos dos chamados retornados, ou seja, de portugueses que decidiram voltar à metrópole – alguns, embarcados em caráter emergencial – especialmente nos anos de 1974 e 1975, às vésperas das declarações de independência daqueles territórios. Estima-se que meio milhão de portugueses tenha participado desse regresso coletivo assinalado essencialmente pela sensação de perda abrupta do paraíso dourado que era a vida da maioria nas colônias.

Alguns dos escritores com maior expressão *mediática* (como Dulce Maria Cardoso, de *O retorno*; Isabela Figueiredo, de *Caderno de memórias coloniais* ou Júlio Magalhães, de *Os retornados: um amor nunca se esquece*), nasceram no início da década de 1960, tinham por volta de 15 anos à época do retorno e, hoje, integram a geração à volta dos 50<sup>iii</sup>. Os chamados netos de Salazar não foram agentes diretos da ação colonial, ou seja, não exerceram ou foram vítimas diretas das brutalidades que, bem como os afetos, faziam parte do universo colonial do Século XX – de Portugal, como de outros países europeus que também integraram a partilha da África, tais como Inglaterra, França ou Bélgica. Por isso, não sentem o peso da impossibilidade de narrar as experiências de vida, a partir da ótica de suas infâncias. São observadores de segunda ordem, operadores de uma pós-memória que, em alguns casos (não todos), se vale de uma postura

não só afetuosa mas crítica e mesmo condenatória em relação à brutalidade colonial incutida em acontecimentos passados.

A título de exemplo, elejo para análise, neste texto, a partir do grupo total de livros, os três citados anteriormente. Discriminados por ano de lançamento, são eles: *Os retornados: um amor nunca se esquece* (2008), *Cadernos de memórias coloniais* (2009) e *O retorno* (2011). Se o primeiro, de Júlio Magalhães, claramente se inscreve num rol de livros que puramente evoca um lugar de saudade do ambiente colonial português, mais do que uma revisão; os outros dois, respectivamente de Dulce Maria Cardoso e Isabela Figueiredo, fazem das memórias uma viagem condicionada de volta à África, revivendo especialmente a figura paterna, representação não só das relações familiares como do autoritarismo do Estado Novo português em vigor à época da narrativa.

Tomo de empréstimo a ideia de *colonialismo inocente*, de Eduardo Lourenço, para tentar enquadrar o livro *Os retornados: um amor nunca se esquece* em uma categoria. Em seu artigo “Apelo ao(s) retornado(s)”, de 1976, por exemplo, o filósofo analisa a culpabilidade mútua não só do regime totalitário português, que incentivou a ida de colonos para aqueles territórios africanos de então, como dos próprios colonos que lá se estabeleceram. Alegando inocência após o regresso, estes foram, de fato, segundo Lourenço, os agentes *superlativos* da ação dominadora, na medida em que eram elementos que personificavam a estrutura socio-administrativa colonial portuguesa em terras africanas.

As narrativas de *Os retornados* - como aqui em diante me refiro ao livro - parecem se dirigir, nos dias de hoje, aos ex-colonos portugueses ainda vivos que encontram no texto uma forma de fazer o luto pela perda de seus cotidianos coloniais. Nele, não há reflexão crítica sobre a tentativa de estabelecer um protagonismo português na África, como não há questionamentos ou dúvidas sobre situações de violência física, moral e étnica de que muitos protagonizaram no passado. Ao contrário, esses discursos ultrapassados se reproduzem e se reafirmam, tal qual acontecia nos livros de literatura colonial propriamente dita editados e, até, premiados pelo Estado Novo até 1974. De forma indireta, explicam os dois breves episódios iniciais sobre a racialidade do time de Gana ou a caixa postal da agência bancária narrados no início deste texto.

*Os retornados*, um romance de 307 páginas, conta a história de Joana, uma jovem que abandona o curso de Direito para tornar-se comissária de bordo da TAP, sem suspeitar que, meses depois, seria deslocada pela empresa para participar da ação aérea emergencial de retirada dos portugueses de Angola. Lançado em fevereiro de 2008, *Os retornados* alcançou em outubro do mesmo ano a 12ª edição, desta vez impressa com capa dura e sobrecapa. Atualmente, ronda a 17ª, com 57 mil exemplares vendidos, o que, para a indústria editorial de Portugal, resulta em um número de vendas bastante significativo. Igualmente notório é o número de exemplares do livro disponíveis nas bibliotecas públicas da Câmara Municipal de Lisboa. São 18, perfazendo a maior quantidade de títulos disponíveis dentre os três que fazem parte desta análise. Nitidamente, esses dois dados revelam o grau de adesão às narrativas do livro por parte do público leitor português.

A edição especial traz, no seu miolo, um conjunto de fotografias pessoais do autor ou cedidas por terceiros impressas em papel *couché* especial de alta gramagem. Nelas, o próprio aparece em diferentes idades, locais e situações. Na maior, que abre a coleção, Magalhães, inserindo-se na narrativa que ele próprio escreve, aparece com 1 ano de idade, em Angola. Segue-se uma série cronológica em que aparece, por exemplo, na casa de sua família na antiga cidade de Sá da Bandeira, com os irmãos e na igreja. Essa mistura de ficção e autobiografia ganha outros contornos quando, ao fim do livro, lêem-se cartas enviadas por leitores que tiveram acesso a edições anteriores. Sempre elogiosas, são assinadas por pessoas que se identificam como amigas, embora revelem não conhecer pessoalmente o autor, e dão os parabéns pela iniciativa de escrever o livro, deixando evidente o pacto de leitura que se estabeleceu.

O trecho do livro destacado a seguir mostra a meditação do personagem Carlos Jorge, médico, enquanto trabalhava na coordenação da urgência do hospital, já em meio à agitação social que se formava na cidade de Luanda por ocasião da notícia da necessidade do regresso dos cidadãos a Lisboa:

De sua sala de consultas via a Rua Serpa Pinto ladeada de casas coloniais onde viviam muitos portugueses. Avistava ainda o cinema Restauração, um majestoso edifício construído na década de 1950 e que animava as

matinéas e noites de Luanda com filmes que chegavam do Continente. *Herbie, um Carocha dos Diabos*, era o último filmes que tinha ido ver com a mulher e que o fazia esboçar um sorriso quando se lembrava do velho Volkswagen partido em dois.

De repente, começou a ver muito fumo a sair das casas. Incêndios provocados por elementos armados dos movimentos políticos que incendiavam todas as casas daquela rua onde tinham vivido os portugueses. Um rasto de destruição violenta. Impávidos e serenos, sem poderem fazer nada, os militares portugueses deixavam que os novos senhores da ordem em Luanda destruíssem séculos de História. (Magalhães, 2008, p.121-122)

A perspectiva do personagem é a de um português radicado em Luanda, constituindo-se como tal a partir da atenção que dedica à observação das casas coloniais que ladeiam a rua. A arquitetura local, reprodução da encontrada em outras cidades europeias, especialmente das do território continental português, traz-lhe a sensação de conforto que já não sente tanto desde que as mudanças sociais começaram a se fazer sentir com mais ênfase. Carlos Jorge não vê pela janela um ambiente construído para cidadãos nacionais angolanos, como viria a se tornar dentro de alguns meses. Vê um ambiente construído somente por e para portugueses. Vê o cinema Restauração e recorda-se quase com um lamento dos momentos de lazer que teve assistindo ao filme da Disney. E se dá conta de que ficarão no passado.

A Luanda que ele vê é essencialmente uma conquista portuguesa e, nela, parece não haver espaço para quem também não o seja. Porém, para tristeza do personagem, a cidade é tomada por esses elementos, no seu entender estranhos a ela, deixando “um rasto de destruição violenta” e provocando a perplexidade dos militares portugueses – que, a rigor, estariam lá para defender a integridade do patrimônio arquitetônico e cultural dos colonizadores, que ele assinala ter “séculos de História”. É como se o personagem assistisse, passivo, à derrocada do que acreditava ser a força colonial de seu país.

Brevemente, e apenas como ilustração, já que não pretendo deter-me sobre o assunto, reproduzo um trecho de um livro de teor absolutamente colonial: Pretos e brancos, de Brito Camacho, publicado em 1926 e premiado pelo Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (AGC), órgão do Estado Novo português que se dedicava à promoção das atividades coloniais, fossem culturais, econômicas ou administrativas. A ideia é aqui é a de mostrar a que ponto pode chegar a violência naturalizada do discurso colonial e abrir uma janela para a comparação com outras heranças e continuidades presentes em textos e discursos semelhantes.

O concurso da AGC e alguns dos livros premiados por ele, bem como processos de constituição do indivíduo colonial português foram objeto de minha dissertação de mestrado *Narrativas da dominação: o Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951)*, defendida em agosto de 2010 no Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Escreve Brito Camacho, em 1926:

De tudo se apercebe a hiperestesia visual do Lourenço, que chama minha atenção para uma das várias macacas que fogem com os filhos às costas, agarrando-se os cachopos com unhas e dentes para não caírem.

As pretas aprenderiam com as macacas a trazerem assim os filhos pequenos, segurando-os com um pano, de modo a ficarem-lhes todos os movimentos livres? Ou aprenderiam com as macacas as pretas a trazerem assim os seus meninos?

Os indígenas, lá bem no íntimo, estão convencidos de que o macaco é gente, e só não fala para não o obrigarem ao chibalo e ao mussoco.

O que pensarão os macacos a respeito dos indígenas?(Camacho, 1926, p.14)

A presença portuguesa em Moçambique e Angola é representada de forma diferente nos dois outros livros, respectivamente *Caderno de memórias coloniais* e *O retorno*. Tanto em um quanto no outro predomina o desalinho entre as perspectivas da primeira e da segunda geração de colonos a respeito do que era ou deveria ser a organização social nesses lugares. Se os pais, predominantemente migrantes de Portugal continental,

não levantavam questões sobre a forma como as populações locais eram tratadas em nome de um imaginado protagonismo português, não parece ser esse o ponto de vista de seus filhos, autores dos livros aqui analisados. Esses, por sua vez, encontram voz e lugar para tecer novamente essas memórias – próprias ou de segunda mão, aprendidas no ambiente familiar.

Como autora e narradora coincidente nas 136 páginas de suas memórias, a que ainda se somam algumas dezenas de outras com textos de seu *blog O Mundo Perfeito* e entrevistas, Isabela Figueiredo recusa-se, no seu livro autobiográfico, a tornar-se portadora da mensagem que lhe é confiada no aeroporto, às portas de seu embarque, por aqueles que permanecem em Moçambique, sem (ainda) regressar a Lisboa: afirma sua contrariedade em contar como, à vista dos compatriotas, os portugueses teriam sido injustiçados, traídos e esquecidos pelo poder colonial, tendo sido deixados à míngua pela metrópole no meio de uma convulsão social.

Ao contrário, Isabela põe-se ao lado das populações negras locais, dando especial valor à presença constante delas em sua vida cotidiana e à força de trabalho até então diminuída, e mesmo negada, pela classe dominadora branca de que ela mesma fazia parte. O pedido feito a ela foi:

“Quando os viste jogar à bola com cabeças, na estrada do Jardim Zoológico... contas tudo... tudo o que roubaram, saquearam, partiram, queimaram, ocuparam. Os carros, as casas. As plantações, o gado. Tudo no chão a apodrecer. Tu vais contar. Que nos provocam todos os dias, e não podemos responder ou nos levam ao comité; que nos postos de controlo nos insultam, nos humilham, nos cospem em cima; que não nos deixam ir à igreja; que prenderam o padre e o pastor adventista por recusarem parar o culto.

Que nunca sabemos se regressamos à casa. Que depende da vontade deles. Julgam-se reis disto, que é deles, que mandam. Como se eles tivessem feito esta cidade, tudo que aqui está. Tudo isto que é nosso.”  
(Figueiredo, 2009, p.90)

A premissa da superioridade branca contida na mensagem não se revela diferente da encontrada no excerto analisado anteriormente de *Os retornados*, de Júlio Magalhães. Fica-se a saber a partir do livro de Isabela Figueiredo que não há, no discurso do colono que permanece em Moçambique nenhuma problematização a respeito dos motivos que teriam levado os nativos negros locais a enfrentarem a população portuguesa branca de forma tão catártica e violenta quanto a que envolve jogos de futebol com cabeças europeias cortadas. Ao contrário, surge no discurso dos que ficam, no “Tudo isto que é nosso”, a cegueira do Estado Novo e a injustificada inocência colonial de que fala Eduardo Lourenço. Isabela Figueiredo não se alinha a seus compatriotas: toma-lhes a voz e a realça até que o discurso colonial, por si, faça o flagrante de sua própria brutalidade.

Conforme afirma Margarida Calafate Ribeiro em artigo sobre *Caderno de memórias coloniais* publicado na revista *Buala*, o livro de Isabela Figueiredo “acusa uma viragem essencial na tomada de consciência pós-colonial do espaço antigamente colonial e das vivências aí havidas como essenciais à nossa identidade de portugueses, de europeus e às nossas identidades individuais” (Ribeiro, 2013). Em outro trecho do livro, a escritora evidencia essa viragem pela apresentação da ambivalência da presença colonial portuguesa na África: a vida entre o exercício da violência aprendida nos círculos sociais da colônia e o questionamento do valor da reprodução dessa mesma didática.

Nunca tinha batido em ninguém, mas dei-lhe uma bofetada, porque ela me irritou, porque não concordou comigo, porque eu é que sabia e mandava e estava certa, porque ela tinha dito uma mentira, porque me tinha roubado uma borracha, sei lá agora por que lhe dei a maldita bofetada!

Mas dei-lha, na Escola Especial, no intervalo da manhã, encostada aos fundos da sala da 4ª classe. Uma parede branca. Era a Marília.

Foi premeditado. Tinha pensado antes, se ela voltar a irritar-me, bato-lhe. Podia perfeitamente bater-lhe. Era mulata. E a rapariga comeu e continuou em pé, sem se mexer, com a mão na cara, sem nada dizer, fitando-me com um estranho olhar magoado, sem um gesto de retaliação. Disse-lhe já levaste, e depois afastei-me para o fundo do pátio, absolutamente consciente da infâmia que tinha cometido, esse exercício de poder que não compreendia, e com que não concordava. Não por ser uma bofetada, mas porque tinha



sido à Marília. A Marília era um alvo fraco. Nada podia contra mim. Queixasse-se, e depois?! Eu era branca. Quem poderia contar vitória logo à partida? (Figueiredo, 2009, p.55)

O romance *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso, igualmente revisita o passado colonial português do século XX na África. O protagonista da ficção é Rui, um rapaz de 15 anos que, nascido em Angola, se vê na emergência de embarcar às pressas para Lisboa com a mãe, que sofre de doença degenerativa, e a irmã. O pai permanece em terras africanas, assim como o tio que, para surpresa da família, decide unir-se às forças independentistas do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o partido estabelecido até os dias de hoje no governo do país. No decorrer da narrativa, é a dúvida do protagonista narrador sobre o paradeiro do patriarca que promove o paralelo possível com a insegurança sobre os destinos de Portugal.

Como o livro de Isabela Figueiredo, o de Dulce Maria Cardoso flagra, em 267 páginas, a arrogância colonial. No excerto destacado a seguir, a escritora constrói e desconstrói, de uma só vez, a ideia de que os nativos não conseguem se entender entre si porque falam idiomas diferentes da língua portuguesa, a língua do dominador que, presumidamente, para os colonizadores, já deveria ter sido aprendida. As várias matrizes linguísticas são aqui objeto de desprezo de Rui, que reproduz a didática colonial ao mesmo tempo em que se sente ameaçado pelas armas que os nativos negros carregam e apontam para seus conterrâneos. O texto evidencia a fragilidade da ação colonial portuguesa ao evidenciar o medo dos portugueses que estavam em Angola em fins de 1975, às vésperas da independência de Angola, que é o tempo em que se inicia *O retorno*.

Os soldados falam mas não os compreendemos. Nunca aprendemos a língua dos pretos, as línguas aliás, que os pretos têm várias línguas e se calhar é por isso que não se entendem, não se conseguem compreender uns aos outros. Neste caso não precisamos compreender o que os pretos dizem, sabemos o que querem dizer as armas que nos apontam mesmo que tentemos não prestar-lhes muita atenção. As lojas do largo para onde estamos virados estão todas fechadas e até as casas que já foram ocupadas têm as persianas corridas. Algumas lojas ainda mantêm os tapumes com que os donos as deixaram mas a maioria já foi assaltada, as montras partidas e as portas arrancadas. O medo faz-nos transpirar mais do que a humidade do cacimbo. (Cardoso, 2011, p.50)

Dos três, *O retorno* foi o livro que teve maior repercussão na crítica jornalística especializada, tendo recebido grande destaque no ano de 2011 em suplementos como o *Ípsilon*, do jornal *Público*, uma capa da revista especializada em literatura LER e um programa inteiro do extinto *Câmara Clara*, exibido na rede de televisão pública RTP2, por exemplo. O livro de Dulce Maria Cardoso também foi destaque nos meios de comunicação brasileiros, como os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, uma vez que foi também o único a ser lançado concomitantemente no Brasil pela mesma editora de Portugal, a Tinta-da-China. Em 2012, a escritora participou de uma mesa de debates na prestigiada Festa Literária Internacional de Paraty, a Flip, realizada na pequena cidade histórica na região Sul do estado do Rio de Janeiro, possivelmente o mais concorrido evento do gênero no país.

Concluo, desta forma, que as novas narrativas acerca do momento colonial português do século XX na África abrem frentes para o entendimento da presença de colonizadores naqueles territórios. Porém, há que se fazer a diferença entre aqueles que apenas reproduzem discursos coloniais clássicos, sem levantar qualquer tipo de questionamento e evocando apenas um lugar de saudade de um paraíso perdido; e outros livros como os de Isabela Figueiredo e Dulce Maria Cardoso, que trabalham com a perspectiva de resolução de traumas e consolidação de lutos, acomodando o passado e abrindo novas possibilidades de futuro para a sociedade portuguesa de hoje.

## Referências bibliográficas

Camacho, Brito (1926). *Pretos e brancos*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães.

Cardoso, Dulce Maria (2011). *O retorno*. Lisboa: Tinta-da-China.

Figueiredo, Isabela (2009). *Caderno de memórias coloniais*. Coimbra: Angelus Novus.

Lourenço, Eduardo (2014). *Do colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva.

Magalhães, Júlio (2008). *Os retornados: um amor nunca se esquece*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Ribeiro, Margarida Calafate (2013). Notas sobre Caderno de memórias coloniais. Recuperado em 20 de setembro, 2013, de <http://www.buala.org/pt/a-ler/notas-sobre-caderno-de-memorias-coloniais>.

---

<sup>i</sup> Uma delas está localizada na Praça Paiva Couceiro, no bairro da Graça. A outra fica no Largo do Martim Moniz, na região da Baixa Lisboeta. Chaimite é o nome da região de Moçambique onde ocorreu um dos episódios mais emblemáticos da ação colonial portuguesa recente: a captura do monarca gaza Gungunhana, em 1895. Na sequência da detenção, o régulo foi levado para a Ilha Terceira, nos Açores, onde permaneceu preso, tendo lá morrido em 1906.

<sup>ii</sup> Anualmente, a Câmara Municipal de Lisboa realiza um sorteio entre casais previamente inscritos para realizar cerimônias de casamento civil e religioso. Os noivos casam-se de manhã e à tarde na Câmara e na Sé Velha e, à noite, desfilam pela Avenida da Liberdade após a apresentação das marchas dos bairros típicos. A festa, a mais importante do calendário lisboeta, é realizada na véspera de Santo Antônio, 12 de junho, Dia dos Namorados no Brasil. Os casamentos foram suprimidos em 1974, logo após a Revolução dos Cravos e retomados em 1997, ocorrendo anualmente a partir de então.

<sup>iii</sup> Há autores ainda mais jovens, como Rita Garcia, de *S.O.S. Angola*, nascida em 1979 (portanto, cinco anos depois da Revolução dos Cravos) e Francisco Ribeiro Rosa, de *A raiz do mundo*, nascido em 1984 (dois anos antes de Portugal integrar a Comunidade Econômica Europeia, o que se deu em 1986). É comum, aliás, que os autores façam de suas datas de nascimento um dado ilustrativo das edições, seja nas quartas-capas, seja nos prefácios, por exemplo.